

# Caderno de Questões



2020

A apostila contém:

**20** Questões comentadas



**80** Questões gabaritadas



concurseirosdeservicosocial



(86) 9 9983-9453  
(86) 9 8893-9890



concurseirosdeservicosocial@gmail.com

# Carta do Leitor

Concursseiros de serviço social, você está acessando nosso Caderno de Questões Grátis. Com esse material você terá acesso a questões comentadas e questões gabaritadas.

Concursseiros, esse material é protegido pela lei de direitos autorais, dessa forma a reprodução dele a terceiros sem a devida autorização do grupo concursseiros de serviço social, constitui-se crime e quem o pratica está sujeito as penalidades legais.

Esperamos que esse material te ajude em sua aprovação!



**@concurseirosdeservicosocial**



**(24) 9 8805-0215**

**(86) 9 9983-9453**



**concurseiros de serviço social**



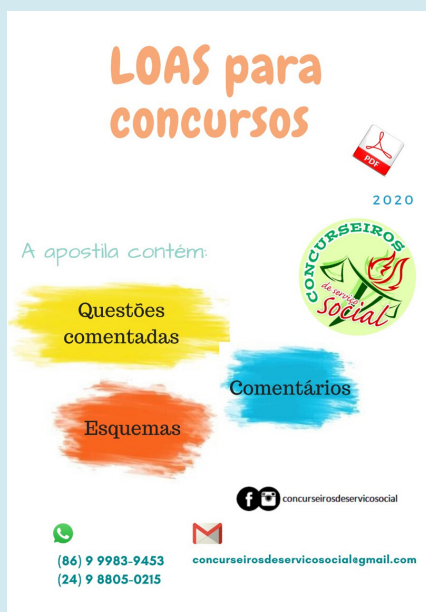
**concurseirosdeservicosocial@gmail.com**



# APOSTILAS DE SERVIÇO SOCIAL PARA CONCURSOS

Concurseiro, conheça algumas das apostilas que o blog concurseiros de serviço social dispõe.

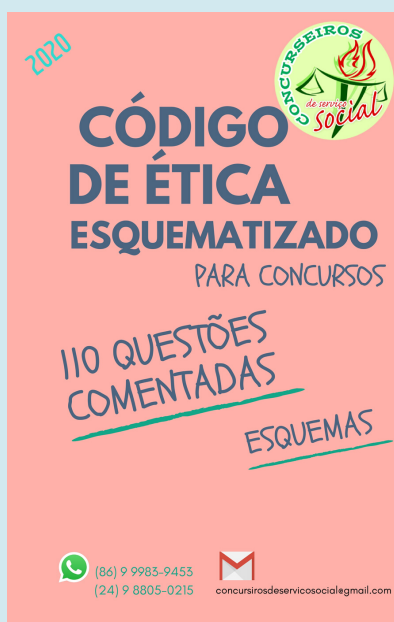
**R\$15,00**



**R\$15,00**



**R\$15,00**



**R\$20,00**



(24) 9 8805-0215  
(86) 9 9983-9453

## QUESTÕES COMENTADAS

### ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ALE-RO, 2018

1. O afastamento do convívio familiar da criança e do adolescente, de acordo com o ECA, é uma excepcionalidade. Nos casos de violência praticada por familiar ou responsável com o qual a criança ou adolescente resida, a autoridade judiciária poderá determinar

- (A) o abrigo da criança ou adolescente em lar substituto.
- (B) a remoção da criança ou adolescente e sua família para um hotel popular.
- (C) a prisão do(a) agressor(a) mediante denúncia.
- (D) o afastamento do(a) agressor(a) da moradia comum.
- (E) A proibição do(a) agressor(a) de chegar perto da criança ou adolescente.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: D. De acordo com a lei nº 8.069/1990, art. 130, verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

ALE-RO, 2018

2. Sobre as crianças e os adolescentes que devem ser incluídas, prioritariamente, nos Programas de Apadrinhamento Afetivo, assinale a afirmativa correta.

- (A) As que tenham remotas perspectivas de retorno ao convívio familiar ou adoção.
- (B) As que sejam adotados por família que ainda está se estruturando para receber a criança ou o adolescente de volta.
- (C) As que estejam em conflito com a lei e que necessitem de medidas socioeducativas.
- (D) As que, depois de ouvidas, chegaram à conclusão de que esta é a melhor opção.
- (E) As que estejam sendo vítimas de abuso sexual ou maus tratos por familiares.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: A. De acordo com a lei nº 8.069/1990, art. 19-B, parágrafo 4º, o perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.

ALE-RO, 2018

3. De acordo com a legislação brasileira sobre adoção, após três recusas injustificadas, pelo habilitado, à

adoção de crianças ou adolescentes indicados dentro do perfil escolhido, a medida tomada será

- (A) vedação da renovação da habilitação.
- (B) reavaliação da habilitação concedida.
- (C) multa e prestação de serviços comunitários.
- (D) exclusão do adotando dos cadastros de adoção.
- (E) Interdição de seis meses para solicitar nova habilitação.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: B. De acordo com a lei nº 8.069/1990, art. 197-E, parágrafo 4º, a pós 3 (três) recusas injustificadas, pelo habilitado, à adoção de crianças ou adolescentes indicados dentro do perfil escolhido, haverá reavaliação da habilitação concedida.

#### ALE-RO, 2018

4. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada

- (A) ao Conselho Tutelar.
- (B) ao Ministério Público.
- (C) à Vara da Infância e da Família.
- (D) ao Sistema Municipal de Adoção.
- (E) à Justiça da Infância e da Juventude.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: E. De acordo com a lei nº 8.069/1990, art. 13, parágrafo 1º, as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.

#### MP-AL, 2018

5. A Constituição Federal de 1988 abre caminho para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dá um novo entendimento à atuação do Judiciário em relação aos direitos de crianças e adolescentes. Assim, o ECA é o instrumento legal de defesa dos direitos e de indicação de deveres voltados para

- (A) o conjunto da população infanto-juvenil.
- (B) os menores em situação irregular.
- (C) as famílias consideradas vulneráveis.
- (D) o adolescente delinquente.
- (E) as crianças e adolescentes abandonadas.

### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: A. O Estatuto da Criança e do Adolescente volta-se para o público infanto-juvenil, considerando criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

MP-AL, 2018

6. A adoção dependerá da concordância do adotando quando

- (A) o candidato for divorciado.
- (B) ele for morar fora do país.
- (C) ele tiver mais de 12 anos de idade.
- (D) o candidato for solteiro.
- (E) ele pertencer à família do candidato.

### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: C. De acordo com a lei nº 8.069/1990, art. 45, parágrafo 2º, em se tratando de adotando maior de doze anos de idade, será necessário o seu consentimento.

MP-AL, 2018

7. Assinale a opção que indica como a adoção internacional é considerada na legislação brasileira.

- (A) Uma prerrogativa judicial.
- (B) Um avanço em termos de adoção.
- (C) Uma determinação somente para bebês.
- (D) Uma medida excepcional.
- (E) Um ato corriqueiro.

### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: D. De acordo com a lei nº 8.069/1990, art. 31 a colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional somente admissível na modalidade adoção.

Câmara Municipal de Salvador – BA, 2018

8. Mariana está prestes a dar à luz e solicita ao obstetra que sua prima Luci fique com ela durante o trabalho de parto. Todavia, Fábio, o companheiro de Mariana, não concorda, alegando ser seu direito permanecer junto a Mariana durante o trabalho de parto, uma vez que é o pai da criança que irá nascer. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

- (A) a parturiente tem direito a um acompanhante de sua preferência;
- (B) a equipe de saúde deverá designar quem acompanhará a parturiente;

- (C) o pai da criança tem prioridade em acompanhar a parturiente;
- (D) a avó materna tem permanência garantida junto à parturiente, devido à sua experiência;
- (E) cabe ao obstetra decidir se e quem poderá acompanhar a parturiente.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: A. De acordo com a lei nº 8.069/1990, art. 8, parágrafo 6º a gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.

#### Câmara Municipal de Salvador-BA, 2018

9. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será realizada mediante um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais. Constituem linhas de ação da política de atendimento:

- (A) as políticas sociais básicas;
- (B) a colocação familiar;
- (C) o acolhimento institucional;
- (D) a internação;
- (E) o atendimento psicossocial às famílias.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: A. De acordo com a lei nº 8.069/1990, art. 87 as linhas de ação da política de atendimento:

- **políticas sociais básicas;**
- serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;
- serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;
- campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

#### ESTATUTO DO IDOSO

#### ALE-RO, 2018

10. Sobre as entidades de longa permanência, segundo o Estatuto do Idoso, assinale a afirmativa correta.
- (A) Servem como postos de encaminhamento da pessoa idosa para serviços de abrigo especializado.
  - (B) Possuem como particularidade o fato de terem um caráter filantrópico.
  - (C) São obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.
  - (D) Devem contatar a família da pessoa idosa a fim de restabelecer vínculos.
  - (E) Podem atender somente a pessoa idosa incapaz de prover sua própria subsistência.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: C. De acordo com a lei nº 10.741/2003, art. 35, todas as entidades de longa permanência, ou casa-las, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com as pessoas idosas abrigadas.

#### ALE-RO, 2018

11. No caso de verificação de danos com relação aos usuários abrigados, a fiscalização das entidades de atendimento à pessoa idosa, determina
- (A) o afastamento provisório dos dirigentes.
  - (B) a instalação de inquérito por negligência.
  - (C) a perícia para determinar o tipo de dano sofrido.
  - (D) a prisão dos dirigentes.
  - (E) o abrigo dos usuários em outro serviço.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: A. De acordo com a lei nº 10.741/2003, parágrafo 1º, havendo danos aos idosos abrigados ou qualquer tipo de fraude em relação ao programa, caberá o afastamento provisório dos dirigentes ou a interdição da unidade e a suspensão do programa.

#### MP-AL, 2018

12. Assinale a opção que mostra como será efetivada, de acordo com o Estatuto do Idoso, a prevenção e a manutenção da saúde do idoso.
- (A) Por meio do atendimento prioritário em toda a rede ambulatorial e hospitalar pública ou privada, em todo o território nacional.
  - (B) Graças à vacinação gratuita para hepatites, pneumonia e os diversos tipos conhecidos de Influenza em instituições públicas e particulares.
  - (C) Por meio do atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover.
  - (D) Graças à internação em quarto particular, caso o idoso não possua parentes ou quem possa permanecer como seu acompanhante.

(E) Por meio do financiamento público com rubricas específicas nos estados e municípios para toda a população idosa cadastrada como em vulnerabilidade social.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: C. De acordo com a lei nº 10.741/2003, art. 15, parágrafo 1º, a prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

- cadastramento da população idosa em base territorial;
- atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios;
- unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;
- **atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural;**
- reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das sequelas decorrentes do agravo da saúde.

MP-AL, 2018

13. As entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso deverão observar os seguintes requisitos:

- Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança.
- Apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios do Estatuto do Idoso.
- Demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: E. De acordo com a lei nº 10.741/2003, art. 48, parágrafo único, as entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes

requisitos:

- **oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; ( ITEM I)**
- **apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei; ( ITEM II)**
- estar regularmente constituída;
- **demonstrar a idoneidade de seus dirigentes. ( ITEM III)**

### Assistência Social

MP-AL, 2018

14. A Assistência Social possui como objetivo, segundo a LOAS, a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente,

- (A) a participação da população nos programas.
- (B) a eliminação da miséria.
- (C) a criação de redes de direitos socioassistenciais.
- (D) a vinculação empresarial no financiamento das políticas.
- E) a promoção da integração ao mercado de trabalho.

### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: E. De acordo com a lei nº 8.742/1993, art. 2º A assistência social tem por objetivos:

- a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
  - ☐ a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
  - ☐ o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
  - ☐ **a promoção da integração ao mercado de trabalho;**
  - ☐ a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
  - ☐ a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
- a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

MP-AL, 2018

15. Assinale a opção que indica uma função da Política de Assistência Social.

- (A) A organização dos serviços emergenciais.
- (B) A universalização da assistência social.
- (C) A vigilância socioassistencial.
- (D) O amparo a crianças, adolescentes e idosos carentes.
- (E) A ajuda pessoal e a famílias necessitadas.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: C. De acordo com a PNAS/2004 são funções da assistência social: a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; vigilância socioassistencial; e a defesa dos direitos socioassistenciais. Essas funções são apresentadas na lei orgânica como objetivos.

#### SAÚDE

Câmara Municipal de Salvador- BA, 2018

16. Tânia é assistente social em uma grande empresa, com refeitório e academia de ginástica. Ela chefia a área de Recursos Humanos no que tange à saúde dos funcionários. Foi chamada pela diretoria, que detectou um grande número de funcionários em determinado setor licenciados por questões relativas à saúde. Todos apresentavam os mesmos sinais e sintomas. Tânia reúne a equipe multidisciplinar de Recursos Humanos e diz que terão que empreender um conjunto de ações que proporcionem o conhecimento, a detecção ou a prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. Este conjunto de ações é chamado de:

- (A) vigilância epidemiológica;
- (B) saúde ocupacional;
- (C) cuidados paliativos;
- (D) vigilância sanitária;
- (E) assistência laboral.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: A. De acordo com a lei nº 8.080/1990, art. 6º, parágrafo 2º, entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

BANESTES, 2018

17. Na Lei Orgânica da Saúde (LOS), a Saúde do Trabalhador é definida como “um conjunto de atividades

que se destina, por meio das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde do trabalhador, assim como visa à recuperação e à reabilitação dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho”. Esse conjunto abrange a:

- (A) designação da equipe de saúde multidisciplinar responsável pela Saúde do Trabalhador nas empresas privadas, a partir da tipologia de agravos à saúde do trabalhador presentes no espaço laboral;
- (B) garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, havendo exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores;
- (C) fiscalização das empresas no que diz respeito ao cumprimento da vacinação obrigatória dos trabalhadores e de seus filhos menores de idade;
- (D) normatização das CIPAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e escolha de seus dirigentes entre os funcionários, a partir das lideranças dos setores;
- (E) supressão dos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de extinguir doenças ou agravos.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: B. De acordo com a lei nº 8.080/1990, art. 6º, parágrafo 3º, entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo:

- assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho;
- participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), em estudos, pesquisas, avaliação e controle dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes no processo de trabalho;
- participação, no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde (SUS), da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador;
- avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde;
- informação ao trabalhador e à sua respectiva entidade sindical e às empresas sobre os riscos de acidentes de trabalho, doença profissional e do trabalho, bem como os resultados de fiscalizações, avaliações ambientais e exames de saúde, de admissão, periódicos e de demissão, respeitados os preceitos da ética profissional;

- participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas;
- revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais; e
- **a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.**

## PREVIDÊNCIA SOCIAL

### BANESTES, 2018

18. De acordo com os Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213/91), independentemente de carência, são concedidas as seguintes prestações:

- (A) auxílio-reclusão e salário-maternidade;
- (B) seguro-desemprego e auxílio-acidente;
- (C) renda mensal vitalícia e auxílio-doença;
- (D) salário-família e pensão por morte;
- (E) cheque cidadão e bolsa família.

### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: D. De acordo com a lei nº 8.213/1991, art. 26, independe de carência a concessão das seguintes prestações:

- pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente;
- auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, atualizada a cada 3 (três) anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado;
- os benefícios concedidos na forma do inciso I do art. 39, aos segurados especiais referidos no inciso VII do art. 11 da Lei;

Art. 39, inciso I Para os segurados especiais, referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, fica garantida a concessão de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de 1 (um) salário mínimo, e de auxílio-acidente, conforme disposto no art. 86, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período, imediatamente

anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido

- serviço social;
- reabilitação profissional.
- salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.

#### BANESTES, 2018

19. A Previdência Social, mediante contribuição, objetiva assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de:

- (A) idade avançada;
- (B) vulnerabilidade social;
- (C) acidente de trabalho;
- (D) gestação;
- (E) laços familiares rompidos.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: A. De acordo com a lei nº 8.213/1991, art. 1º, a Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

#### BANESTES, 2018

20. Na Política de Previdência Social, compete ao Serviço Social:

- (A) garantir o pagamento de benefícios aos segurados legalmente;
- (B) encaminhar o beneficiário que sofreu acidente de trabalho para o posto de perícia;
- (C) esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los;
- (D) realizar visita domiciliar à parturiente, a fim de constatar o direito ao salário-maternidade;
- (E) preparar os segurados para a aposentadoria e suas intercorrências.

#### COMENTÁRIO DA QUESTÃO

Gabarito: C. De acordo com a lei nº 8.213/1991, art. 88, compete ao Serviço Social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a Previdência Social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade.

### Simulado Com Questões Gabaritadas

Concurseiro, as questões a seguir são da banca CEBRASPE (CESPE/UNB), nessa banca você deve analisar cada questão e responder C- CERTO ou E- ERRADO. O gabarito das questões está no final do material.

1. O serviço social institucionalizado no Brasil, em sua trajetória conservadora, possuía três grandes métodos de intervenção profissional: individual, comunidades terapêuticas e comunidade familiar.
2. No Brasil, o serviço social é de natureza exógena, tendo sido profissionalizado a partir da institucionalização gradual da ação social católica.
3. Na intervenção do assistente social, predominam as atribuições de natureza técnico-operativas, em detrimento das competências ético-políticas.
4. As atuais diretrizes gerais para o curso de serviço social têm como marcos os debates do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1979, que ficou conhecido como o Congresso da Virada, e a construção das bases para o currículo mínimo em 1982.
5. No século passado, a teoria apropriada pelo serviço social durante o período de reconceitualização, ocorrido na década de 30 e firmado em meados dos anos 80, incorporou as vertentes conservadoras, dando origem à concepção teórica hegemônica para a profissão desde então.
6. O advento das Diretas Já repercutiu no serviço social brasileiro, com o início de uma análise crítica mais alinhada às causas populares e com mudanças nas universidades, que passaram a atualizar-se.
7. O conservadorismo não alcança a imagem profissional do assistente social, embora esteja presente na formação profissional.
8. Hoje visto como um dos recursos mobilizados pelo Estado, o serviço social se institucionalizou como profissão na sociedade brasileira com o apoio da Igreja.
9. Pensar a profissão implica refutar a trajetória da atividade intelectual voltada ao serviço social, de modo a possibilitar o estabelecimento de novos parâmetros para a sua apreensão pela sociedade.
10. Historicamente, os assistentes sociais sempre se dedicaram à implementação de políticas públicas, porém, o processo de descentralização dessas políticas excluiu a necessidade de novas funções e competências profissionais, localizando a atuação na linha de frente das relações entre população e instituição.
11. O fortalecimento do projeto ético-político do serviço social requer dos profissionais uma atuação crítica perante tensões e contradições da sociedade, bem como a apreensão e a apropriação de fenômenos como o racismo e suas distintas expressões na vida cotidiana.
12. O Conselho Federal de Serviço Social recomenda, em consonância com o projeto ético-político da categoria e com os preceitos de um Estado laico, que assistentes sociais estabeleçam ações de controle de natalidade nos distintos serviços, com a finalidade de prevenir a sedimentação da pobreza estrutural.

13. O projeto profissional do serviço social remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão e assume, na atualidade, um compromisso ético-político com os direitos humanos e com a cidadania, além de contemplar o pluralismo das correntes teóricas
14. O processo de construção do projeto ético-político do serviço social é contínuo e edificado sobre os pilares de realidades contraditórias.
15. O alcance na atualidade, em sua totalidade, dos princípios e valores que alicerçam o projeto ético-político do serviço social representa uma conquista da categoria profissional.
16. Na área de serviço social, competências profissionais são ações que os assistentes sociais podem desenvolver, embora não lhes sejam exclusivas.
17. A igualdade, princípio que prevê a uniformização, é um condicionante da realização de princípios como a liberdade, justiça e solidariedade.
18. A direção social conferida aos objetivos de um projeto de ação profissional deve ser dotada de neutralidade.
19. A prática profissional cotidiana não se sujeita à alienação; por isso, favorece a liberdade e a criatividade profissional.
20. De acordo com o atual projeto ético-político do serviço social, os objetivos e as finalidades da ação profissional devem se reportar, primeiramente, aos determinantes institucionais do empregador e, secundariamente, ao projeto da categoria profissional.
21. De acordo com a ontologia do ser social, a dimensão teleológica deve estar presente no processo de trabalho do assistente social, articulando as escolhas que ele fará quanto ao objeto, aos meios de trabalho, às atividades e às finalidades de sua atuação.
22. A formulação do projeto de intervenção profissional deve articular as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política.
23. No processo de planejamento, o programa consiste em um documento mais abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados.
24. A natureza investigativa das competências profissionais materializa-se somente a partir da realização de pesquisa relacionada aos objetos de intervenção profissional.
25. A pesquisa documental utiliza documentos de fonte secundária, que ainda não receberam tratamento analítico prévio. Os dados secundários são identificados exclusivamente em arquivos de instituições públicas.
26. O planejamento em serviço social deve ser tratado em sua operacionalidade, na dimensão instrumental. No uso de instrumentos técnicos, deve-se observar a neutralidade metodológica.

27. A análise de políticas sociais sob o ponto de vista do método dialético deve priorizar a relação da política social com as questões estruturais da economia em detrimento das posições assumidas pelas forças políticas.
28. A estratégia incorporada pelo planejamento estratégico relaciona-se à noção de mobilização, de negociação, de movimento, de manejo de técnicas e recursos e dos meios necessários para se enfrentar uma situação complexa.
29. A neutralidade científica é ilusória na medida em que o cientista escolhe a definição de seu objeto de investigação, o método para a sua investigação e as hipóteses em que se apoia e espera os resultados.
30. No processo de planejamento social, o estudo de situação consiste na caracterização, na compreensão e na explicação de determinada situação. As características desse processo incluem o levantamento de hipóteses preliminares, a coleta de dados e a identificação de prioridades de intervenção.
31. Na elaboração de projeto de pesquisa, as dimensões de interesse incluem a dimensão técnica, a ideológica e a científica, que estão interligadas entre si.
32. O conhecimento da dimensão social está intrinsecamente relacionado às finalidades do trabalho, aos valores e pressupostos ético-políticos, ideológicos e culturais.
33. O referencial teórico não incide sobre o uso instrumental de técnicas e protocolos profissionais.
34. A intencionalidade do profissional do serviço social perpassa pela escolha dos instrumentos e técnicas utilizados no cotidiano de intervenção profissional.
35. Segundo Guerra, a instrumentalidade no exercício profissional refere-se a determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, a qual é construída e reconstruída no processo sócio-histórico, e não à instrumentação técnica da profissão, que diz respeito ao conjunto de seus instrumentos e técnicas.
36. No serviço social, em relação às técnicas de trabalho com grupos, na década de 60 do século passado, havia, em geral, o equívoco da orientação individual em grupo.
37. A técnica da entrevista, considerada uma das estratégias mais utilizadas no trabalho de campo, é classificada em: sondagem de opinião; semiestruturada; aberta ou em profundidade; focalizada; e projetiva.
38. As visitas domiciliares, os estudos socioeconômicos para a concessão de benefício, os relatórios sociais e a triagem social são considerados atividades historicamente assumidas por assistentes sociais.
39. A visita institucional não agendada tem caráter inteiramente investigativo, pois permite ao

assistente social observar o cumprimento de requisitos psicossociais predefinidos em entrevista estruturada pela equipe interdisciplinar.

40. A elaboração do parecer social prescinde do estudo socioeconômico.
41. O laudo social é requisitado como documento de prova, que servirá de subsídio técnico às decisões tomadas pelos solicitantes.
42. O parecer social é constituído por relatório detalhado elaborado pelo assistente social, cuja emissão dependerá de determinação judicial.
43. A luta pela permanência e pelo fortalecimento da seguridade social deve ser fortemente acolhida pela assistência social como política de direitos, embora seja a política mais frágil frente à previdência social e à saúde.
44. Historicamente, os assistentes sociais sempre se dedicaram à implementação de políticas públicas, porém, o processo de descentralização dessas políticas excluiu a necessidade de novas funções e competências profissionais, localizando a atuação na linha de frente das relações entre população e instituição.
45. A pobreza tem natureza conjuntural, e não estrutural, de modo que programas de transferência de renda condicionada alcançam seus objetivos de assegurar o direito à vida a milhões de brasileiros, mas não resolvem a situação de pobreza.
46. Alguns princípios estruturantes do *Welfare Pluralism* ou *Welfare Mix* são apontados no Plano *Beveridge*, sendo eles a responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, a universalização dos serviços sociais, a prestação pública de serviços sociais universais e a implantação de uma rede de segurança de serviços de assistência social.
47. O modelo bismarquiano de proteção social é caracterizado pelo pré- pagamento de contribuições (seguro obrigatório), o que garante a proteção e a segurança de rendimento mínimo e de cobertura de determinadas situações como doença e desemprego.
48. O Estatuto da Criança e do Adolescente faz contraponto ao último Código de Menores, de 1927, segundo o qual a criança pobre era assunto das varas de família, dado o pressuposto de que sua situação irregular decorria da falta de estrutura familiar.
49. A adoção resulta de processo judicial e os procedimentos para a colocação em lar substituto estão estabelecidos no Código Civil.
50. Os casos das mães que manifestem o interesse em entregar seus filhos para adoção devem, obrigatoriamente, ser encaminhados ao conselho tutelar para que sejam tomadas as providências legais.
51. No caso de destituição do poder familiar que implicar modificação de guarda, será obrigatória a

- oitiva da criança ou adolescente, desde que respeitados seu estágio de desenvolvimento e seu grau de compreensão sobre as implicações da medida.
52. A guarda é uma medida que coloca a criança ou adolescente em família substituta (à qual cabe a prestação da assistência material, moral e educacional), conferindo o direito de seu detentor de opor-se a terceiros, menos aos pais.
53. A relação sexual entre um estrangeiro e uma brasileira pode ser caracterizada como turismo sexual quando houver conduta que constitua agressão ao exercício da sua sexualidade.
54. A violência da exploração do trabalho infantil é reflexo do mercado de trabalho no país e, ainda, uma tentativa de assegurar as condições de sobrevivência do grupo familiar.
55. O Brasil, signatário da Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que determina a idade mínima de admissão ao emprego, proíbe o uso da mão de obra infantil a todas as crianças e adolescentes abaixo dos dezoito anos de idade, qualquer que seja a natureza da ocupação.
56. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), particularmente as atividades de produção e tráfico de entorpecentes praticadas por crianças e adolescentes integram a lista das piores formas de trabalho infantil.
57. Entre as piores formas de trabalho infantil, destacam-se todas as formas de escravidão ou práticas análogas, a exploração sexual comercial, atividades ilícitas, particularmente a produção e o tráfico de drogas, e o recrutamento forçado ou compulsório para conflitos armados.
58. Contribuir para a identificação e erradicação do trabalho infantil e para a proteção do trabalho do adolescente é um dos objetivos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.
59. A condição de vulnerabilidade, doença e adoecimento, de transmissibilidade, de morbimortalidade e incurabilidade das pessoas que vivem com HIV/AIDS podem levar a sentimentos de baixa autoestima, falta de pertencimento e perda da identidade social e psicológica, desencadeadores de estados de sofrimento psíquico e transtorno mental.
60. O Sistema Único da Assistência Social, configurado como o novo reordenamento da Política de Assistência Social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações, é um sistema descentralizado, com caráter contributivo e participativo.
61. A previdência social e a assistência social visam assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.
62. Constitui princípio e diretriz da seguridade social o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação de membros da comunidade, entre os quais, os empresários.

63. Os estados, o Distrito Federal e os municípios tornam-se responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras da seguridade social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da previdência social.
64. Compete ao CNAS aprovar a PNAS, assim como convocar, ordinariamente, a cada quatro anos, a conferência nacional de assistência social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.
65. A assistência social organiza-se por meio de um conjunto de serviços e programas que são estratificados em ações de proteção social básica, ações de proteção social secundária e ações de proteção social terciária, sendo essa última direcionada para pessoas em situação de violência.
66. Conhecer as condições de vida e de trabalho dos usuários, bem como os determinantes sociais que interferem no processo saúde-doença, promover a intersetorialidade e otimizar a ação interdisciplinar são exemplos de eixos que integram a atuação competente e crítica do serviço social na área da saúde.
67. A vigilância sanitária deve ser entendida como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva.
68. A execução de ações na área da assistência terapêutica integral e a colaboração na proteção do meio ambiente estão listadas como campo de atuação do Sistema Único de Saúde.
69. O Sistema Único de Saúde é constituído por um conjunto de ações e serviços prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e de fundações mantidas pelo poder público, nele havendo a participação da iniciativa privada apenas em caráter complementar.
70. O Estatuto do Idoso assegura a prioridade especial, em relação aos demais idosos, daqueles com oitenta anos de idade ou mais.
71. De acordo com o que dispõe o Estatuto do Idoso acerca de alimentos, a obrigação alimentar é solidária, razão por que o idoso pode optar entre os prestadores, que têm a obrigação de prover cestas básicas em número compatível com a renda per capita familiar do idoso.
72. Entre outros aspectos, o PNDH 3 recomenda o fortalecimento de programas de educação no campo e nas comunidades pesqueiras que estimulem a permanência dos estudantes na comunidade.
73. Uma das indicações do PNDH 3 é a implantação de um sistema nacional de registro de ocorrência de violência escolar, incluindo as práticas de violência gratuita e reiterada entre estudantes.
74. De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher caracteriza-se pela lesão corporal, de modo que um dano patrimonial, por exemplo, não pode caracterizar ato de violência doméstica e

familiar contra a mulher.

75. Sandra, de dezesseis anos de idade, foi admitida em um centro socioeducativo de internação feminino. No acolhimento, o assistente social que a atendeu identificou os principais elementos da história de vida da adolescente: seus pais morreram quando ela ainda era bebê, por isso foi criada por sua avó paterna, Janete, atualmente com setenta anos de idade, com quem ainda reside. A avó é tutora de Sandra e de outros três netos menores de idade, que são as únicas pessoas que moram com ela. A renda da família é de um salário mínimo, proveniente de pensão especial indenizatória a que Janete tem direito. Sandra está grávida de doze semanas e seu namorado, Pedro, de vinte e oito anos de idade, usuário de drogas e genitor do nascituro, cumpre pena em regime fechado por tráfico de drogas. Conforme as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a medida socioeducativa a ser cumprida por Sandra não visa à sua responsabilização pelo ato infracional cometido, mas à sua conscientização, com o objetivo de evitar a reincidência.
76. O material técnico relativo a atendimento realizado por assistente social, dado seu caráter reservado, deve ser arquivado, obrigatoriamente, no mesmo espaço físico ocupado pelo referido profissional.
77. A supervisão direta de estágio de serviço social deve ser realizada necessariamente na mesma instituição e local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, pois, caso contrário, a responsabilidade ética dos envolvidos será apurada, mediante procedimentos processuais previstos no Código Processual de Ética, garantindo-se o direito de defesa e do contraditório.
78. O assistente social que, por qualquer meio, facilitar a coordenação ou a supervisão de atividades na área de serviço social por profissional não inscrito no conselho regional de serviço social (CRESS) comete uma infração à lei, sendo, portanto, passível de penalidade.
79. É atribuição privativa do assistente social encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, a grupos e à população em geral.
80. A supervisão direta de estágio em serviço social pode ser realizada por todos os membros de uma equipe, desde que o trabalho da equipe seja multiprofissional.

| GABARITO DO SIMULADO COM QUESTÕES GABARITADAS |            |            |            |            |
|-----------------------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| 1.ERRADO                                      | 2.ERRADO   | 3.ERRADO   | 4.CERTO    | 5.ERRADO   |
| 6. CERTO                                      | 7.ERRADO   | 8.CERTO    | 9.ERRADO   | 10.ERRADO  |
| 11. CERTO                                     | 12. ERRADO | 13. CERTO  | 14. CERTO  | 15. ERRADO |
| 16. CERTO                                     | 17. ERRADO | 18. ERRADO | 19. ERRADO | 20. ERRADO |

|            |            |            |            |            |
|------------|------------|------------|------------|------------|
| 21. CERTO  | 22. CERTO  | 23. ERRADO | 24. ERRADO | 25. ERRADO |
| 26. ERRADO | 27. ERRADO | 28. CERTO  | 29. CERTO  | 30. CERTO  |
| 31. CERTO  | 32. CERTO  | 33. ERRADO | 34. CERTO  | 35. CERTO  |
| 36. CERTO  | 37. CERTO  | 38. CERTO  | 39. ERRADO | 40. ERRADO |
| 41. CERTO  | 42. ERRADO | 43. CERTO  | 44. ERRADO | 45. ERRADO |
| 46. ERRADO | 47. CERTO  | 48. ERRADO | 49. ERRADO | 50. ERRADO |
| 51. CERTO  | 52. ERRADO | 53. CERTO  | 54. CERTO  | 55. ERRADO |
| 56. CERTO  | 57. CERTO  | 58. CERTO  | 59. CERTO  | 60. ERRADO |
| 61. ERRADO | 62. CERTO  | 63. ERRADO | 64. CERTO  | 65. ERRADO |
| 66. CERTO  | 67. ERRADO | 68. CERTO  | 69. CERTO  | 70. CERTO  |
| 71. ERRADO | 72. CERTO  | 73. CERTO  | 74. ERRADO | 75. ERRADO |
| 76. ERRADO | 77. CERTO  | 78. CERTO  | 79. ERRADO | 80. ERRADO |



# CONTROLE DE QUESTÕES

NÚMERO DE ACERTOS:

---

NÚMERO DE ERROS:

---

QUAIS ASSUNTOS PRECISO ESTUDAR?

---

QUAIS ASSUNTOS AINDA NÃO ESTUDEI?

---